

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

JULIO CESAR FERREIRA

**PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: UMA RESENHA CRÍTICA DA OBRA DE PAULO
FREIRE**

VARGINHA/MG

2026

JULIO CESAR FERREIRA

**PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: UMA RESENHA CRÍTICA DA OBRA DE PAULO
FREIRE**

Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Bacharel em Ciência e Economia pela
Universidade Federal de Alfenas.
Orientadora: Professora Dr^a. Aline Lourenço de
Oliveira

VARGINHA/MG

2026

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Alfenas
Biblioteca Campus Varginha

Ferreira, Julio Cesar.

Pedagogia do Oprimido: Uma resenha crítica da obra de Paulo Freire /
Julio Cesar Ferreira. - Varginha, MG, 2026.
24 f. -

Orientador(a): Aline Lourenço de Oliveira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharelado
Interdisciplinar em Ciência e Economia) - Universidade Federal de Alfenas,
Varginha, MG, 2026.

Bibliografia.

1. Paulo Freire. 2. Pedagogia do Oprimido. 3. Educação. I. Oliveira, Aline
Lourenço de, orient. II. Título.

JULIO CESAR FERREIRA

**PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: UMA RESENHA CRÍTICA DA OBRA DE PAULO
FREIRE**

A presidente da banca examinadora abaixo assina a aprovação do Trabalho de Conclusão de PIEPEX apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharela em Ciência e Economia pela Universidade Federal de Alfenas.

Aprovada em: 02 de julho de 2026

Prof. Aline Lourenço de Oliveira
Presidente da banca examinadora
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Paula Gontijo Martins
Universidade Federal de Alfenas

Prof. Vanessa Tavares de Jesus Dias
Universidade Federal de Alfenas

RESUMO

Este trabalho consiste em uma resenha crítica da obra *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire, com o objetivo de apresentar suas principais ideias e analisar sua relevância para a compreensão da educação contemporânea. A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, fundamentada na leitura e análise da obra, complementada pelo diálogo com autores que discutem educação, desigualdade social e formação humana. Inicialmente, são apresentados os principais conceitos desenvolvidos por Freire, como humanização, desumanização, educação bancária, educação problematizadora, diálogo, conscientização e ação dialógica. Em seguida, realiza-se uma análise crítica da atualidade dessas reflexões, relacionando-as à experiência acadêmica do autor e aos desafios ainda presentes na educação brasileira. Os resultados evidenciam que *Pedagogia do Oprimido* permanece uma referência para o debate educacional ao propor uma concepção de educação fundamentada no diálogo, na participação e na formação da consciência crítica. Conclui-se que a obra continua relevante por estimular reflexões sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática e comprometida com a emancipação humana.

Palavras-chave: Paulo Freire; *Pedagogia do Oprimido*; Educação; Resenha crítica; Educação problematizadora.

ABSTRACT

This study consists of a critical review of Paulo Freire's *Pedagogy of the Oppressed*, aiming to present its main ideas and analyze its relevance to the understanding of contemporary education. The research was conducted through a qualitative approach based on the reading and analysis of the book, complemented by a dialogue with authors who discuss education, social inequality, and human development. Initially, the study presents Freire's main concepts, including humanization, dehumanization, banking education, problem-posing education, dialogue, critical consciousness, and dialogical action. It then develops a critical analysis of the contemporary relevance of these concepts, relating them to the author's academic experience and to the challenges that remain present in Brazilian education. The findings indicate that *Pedagogy of the Oppressed* remains a fundamental reference for educational debate by proposing a conception of education grounded in dialogue, participation, and the development of critical consciousness. The study concludes that the work continues to be highly relevant because it encourages reflection on the role of education in building a more democratic society committed to human emancipation.

Keywords: Paulo Freire; *Pedagogy of the Oppressed*; Education; Critical Review; Problem-Posing Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. IDENTIFICAÇÃO DA OBRA	9
2. APRESENTAÇÃO DA OBRA, DO AUTOR E DO OBJETIVO DA RESENHA	9
3. SÍNTESE DAS IDEIAS PRINCIPAIS	12
4. ANÁLISE CRÍTICA.....	19
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	23

INTRODUÇÃO

Pedagogia do Oprimido, publicada originalmente em 1970, é uma das obras mais influentes da educação brasileira e latino-americana. Escrita por Paulo Freire durante seu exílio, a obra ultrapassa os limites de uma discussão sobre métodos de ensino e propõe uma reflexão ampla acerca das relações entre educação, política, democracia e transformação social. Ao defender que a educação nunca é neutra, Freire demonstra que ela pode tanto contribuir para a manutenção das relações de opressão quanto favorecer processos de emancipação humana por meio do diálogo, da consciência crítica e da participação dos sujeitos na construção da própria história.

O interesse por essa obra surgiu a partir da disciplina Educação e Sociedade Brasileira, cursada durante a graduação, na qual tive meu primeiro contato com o pensamento freiriano e com autores da pedagogia crítica. Embora, naquele momento, eu ainda não compreendesse plenamente a profundidade de suas ideias, a leitura de *Pedagogia do Oprimido* despertou em mim o interesse por temas relacionados à educação pública, à democracia e à formação da cidadania crítica. Ao retomar a obra para a elaboração desta resenha, percebi que muitos de seus conceitos permanecem atuais e ajudam a compreender desafios ainda presentes na realidade educacional brasileira.

Esta resenha crítica tem como objetivo apresentar e discutir as principais ideias desenvolvidas por Paulo Freire em *Pedagogia do Oprimido*, procurando construir uma leitura acessível para estudantes e leitores que ainda não tiveram contato com a obra. Além da síntese dos conceitos centrais, o trabalho busca desenvolver uma análise crítica fundamentada em outras leituras acadêmicas e em reflexões construídas ao longo da minha trajetória como estudante, procurando estabelecer um diálogo entre o pensamento freiriano e questões contemporâneas da educação brasileira.

1. IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

A obra analisada nesta resenha é o livro *Pedagogia do Oprimido*, escrita por Paulo Freire. A edição utilizada corresponde à 17ª edição, publicada pela Editora Paz e Terra, no Rio de Janeiro, em 1987. Embora essa edição seja posterior, a obra teve sua primeira publicação em 1970 e se tornou uma das principais referências da educação brasileira e latino-americana, principalmente por discutir a relação entre educação, desigualdade social, consciência crítica e transformação da realidade.

Referência da obra: FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

2. APRESENTAÇÃO DA OBRA, DO AUTOR E DO OBJETIVO DA RESENHA

Paulo Reglus Neves Freire (1921-1997) foi um educador brasileiro, nascido em Recife, Pernambuco, e falecido em São Paulo, em decorrência de um infarto. Formou-se em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, mas sua trajetória profissional se direcionou principalmente ao magistério, à educação popular e à alfabetização de jovens e adultos.

Atuou como professor de Língua Portuguesa no Colégio Oswaldo Cruz, trabalhou no setor de Educação e Cultura do Serviço Social da Indústria em Pernambuco, exerceu atividades docentes na Universidade do Recife, foi professor visitante em Harvard, consultor do Conselho Mundial de Igrejas, em Genebra, e secretário municipal de Educação de São Paulo entre 1989 e 1991. Sua trajetória, portanto, foi marcada por uma relação direta entre educação, vida pública e compromisso social.

Sua produção bibliográfica conta com mais de trinta livros, traduzidos para diferentes idiomas, e ultrapassou o campo da pedagogia em sentido restrito, pois sua reflexão envolve também questões sociais, políticas, culturais e humanas. Entre sua produção, destaca-se *Pedagogia do Oprimido*, obra escrita em 1968, durante o exílio no Chile, publicada internacionalmente em 1970 e lançada no Brasil apenas em 1974, em razão do contexto autoritário vivido durante a ditadura civil-militar brasileira. A obra nasceu, portanto, em um período de forte repressão política, censura, desigualdade social e perseguição a projetos educacionais considerados críticos ou subversivos.

A escrita de *Pedagogia do Oprimido* não resulta somente de uma discussão teórica sobre educação, mas de uma experiência histórica concreta. Após o golpe de 1964, Paulo Freire foi preso, deixou o Brasil e viveu no exílio, período em que trabalhou no Chile com projetos ligados à alfabetização de adultos, à reforma agrária e à educação popular.

Tal experiência aproximou o autor de trabalhadores rurais, camponeses, alfabetizadores e sujeitos historicamente silenciados, o que ajudou a consolidar uma pedagogia voltada à leitura crítica da realidade. Por isso, o autor escreve pensando em pessoas excluídas dos espaços formais de decisão, tratadas como incapazes de produzir conhecimento sobre o mundo em que vivem, embora carreguem saberes, experiências e formas próprias de interpretar a realidade.

A leitura da obra também parte de uma experiência pessoal, pois, quando leio Paulo Freire, não me coloco apenas como alguém que observa a educação de fora. Sou estudante, trabalhador, venho de uma trajetória de escola pública e compreendo que permanecer na educação formal nem sempre é simples para quem precisa estudar e trabalhar ao mesmo tempo. Minha formação não aconteceu de maneira linear ou fácil; pelo contrário, em vários momentos, as dificuldades materiais, o cansaço, a falta de tempo, os custos com transporte, a necessidade de contribuir com a renda familiar e as exigências da vida adulta atravessaram diretamente minha relação com os estudos.

Por tal motivo, a leitura da obra me provocou de forma particular. Algumas passagens da obra me fizeram lembrar experiências escolares e universitárias em que determinadas aulas modificaram minha forma de olhar para o mundo. No ensino médio e na graduação, houve momentos em que temas discutidos em sala, como desigualdade social, cultura popular, racismo, trabalho e política, permitiram perceber que a educação podia ser mais do que memorização de conteúdos ou repetição de respostas esperadas pelo professor. A educação também podia funcionar como instrumento para compreender minha própria vida, minha posição social e as contradições presentes na realidade.

Tal experiência foi uma das primeiras aproximações que estabeleci com Paulo Freire. Quando o autor afirma que a educação deve ajudar os sujeitos a lerem o mundo, e não somente a repetirem palavras, percebo que sua reflexão se relaciona com a realidade concreta de estudantes que chegam à escola ou à universidade carregando inseguranças, dificuldades econômicas e a sensação de não

pertencimento. Muitos estudantes pobres, trabalhadores ou vindos da escola pública enfrentam barreiras que não se limitam ao conteúdo ensinado, pois envolvem também condições materiais de permanência, acesso à linguagem acadêmica, disponibilidade de tempo, apoio familiar e reconhecimento de sua própria capacidade intelectual.

Sob tal perspectiva, a obra ajuda a pensar uma educação que não trate o estudante pobre, trabalhador ou oriundo da escola pública como sujeito inferior, atrasado ou incapaz, mas como alguém que possui história, vivência e capacidade de reflexão. A crítica freireana à educação bancária torna-se relevante justamente porque denuncia uma prática pedagógica na qual o professor deposita conteúdos e o estudante apenas recebe, memoriza e repete. Para Freire, tal modelo limita a participação do estudante, enfraquece sua autonomia e mantém a separação entre quem supostamente sabe e quem supostamente nada sabe.

Também considero necessário reconhecer que a obra não é uma leitura simples, pois a obra apresenta conceitos densos, como opressão, conscientização, educação bancária, diálogo, cultura do silêncio, desumanização e libertação. Em alguns momentos, a linguagem de Freire pode parecer difícil para leitores que estão tendo o primeiro contato com o autor, principalmente quando não há mediação teórica ou debate coletivo.

A proposta, portanto, é compreender o livro como uma obra que continua importante porque permite pensar a educação a partir da vida concreta dos sujeitos. A força do livro está no fato de que o autor não fala de uma educação distante da realidade, mas de uma educação atravessada por desigualdades, conflitos, esperanças e possibilidades de transformação. Tal leitura permanece relevante porque muitos estudantes ainda enfrentam dificuldades para permanecer na escola e na universidade, especialmente quando precisam conciliar estudo, trabalho, responsabilidades familiares e condições econômicas instáveis.

O trabalho está organizado em três partes. Inicialmente, apresenta-se a obra *Pedagogia do Oprimido* e o contexto em que foi produzida. Em seguida, são discutidas as principais ideias desenvolvidas por Paulo Freire, procurando evidenciar os conceitos que estruturam seu pensamento. Na terceira parte, é realizada uma análise crítica da obra, articulando sua leitura com minhas interpretações, experiências e outras referências utilizadas ao longo da resenha.

3. SÍNTESE DAS IDEIAS PRINCIPAIS

Freire (1987, p. 30) inicia sua reflexão a partir da tensão entre humanização e desumanização, compreendendo ambas como possibilidades presentes na existência humana. A humanização corresponde ao desenvolvimento pleno das capacidades humanas, permitindo que os sujeitos atuem com liberdade, consciência crítica e participação na transformação da realidade. Já a desumanização decorre das relações de opressão, exploração e violência, que impedem homens e mulheres de exercer plenamente sua condição humana. Embora ambas sejam possibilidades históricas, Freire afirma que apenas a humanização corresponde à vocação ontológica do "ser mais" (FREIRE, 1987, p. 30). O "ser mais" representa a capacidade humana de superar condições de opressão, desenvolver a consciência crítica e assumir-se como sujeito de sua própria história. Não significa ser superior aos outros ou acumular mais poder, conhecimento ou bens materiais, mas realizar plenamente a própria humanidade por meio da liberdade, do diálogo, da autonomia e da transformação da realidade. A desumanização, portanto, constitui a negação dessa vocação, mas não seu destino definitivo.

Tal formulação é central para a obra porque impede que a opressão seja interpretada como fenômeno natural, inevitável ou definitivo, situando-a como produção histórica de uma ordem social injusta, sustentada pela exploração, pela violência e pela negação da dignidade dos sujeitos oprimidos. Com isso o autor recusa qualquer leitura fatalista da pobreza, da exclusão e da submissão, pois considera que a realidade opressora, ainda que concreta e dolorosa, pode ser transformada por meio da consciência crítica e da ação coletiva.

A partir dessa compreensão, a obra apresenta a contradição entre opressores e oprimidos como uma das bases estruturantes de sua análise. Para o autor, a violência dos grupos dominantes não atinge apenas aqueles que sofrem diretamente a opressão, pois também desumaniza quem oprime, uma vez que a humanidade do opressor se constitui de forma distorcida quando depende da negação da humanidade do outro.

A libertação, portanto, não pode significar a simples troca de lugares entre dominados e dominadores, como se os oprimidos devessem ocupar a posição de novos opressores. O sentido humanizador da luta está justamente na superação da própria relação opressora, criando condições para que os sujeitos deixem de existir

dentro da lógica da dominação e passem a participar da construção de uma realidade fundada na justiça, na liberdade e no reconhecimento mútuo.

Nesse ponto, torna-se importante destacar que, para Freire, a libertação não se realiza como concessão dos opressores nem como gesto de benevolência vindo de cima. A pedagogia do oprimido precisa ser construída com os próprios sujeitos que vivenciam a opressão, pois somente eles podem reconhecer, de dentro de sua experiência histórica, as marcas da desumanização e a necessidade de rompê-la.

O autor compreende que os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, não devem reproduzir a violência sofrida, mas instaurar uma prática capaz de libertar também os opressores da estrutura desumanizante que os constitui. Assim, a libertação assume caráter coletivo, histórico e ético, não se confundindo com vingança, revanche ou inversão mecânica de poder.

Freire (1987, p. 34) desenvolve uma crítica contundente à chamada "falsa generosidade" dos opressores. Para o autor, determinadas formas de auxílio social podem conservar intactas as estruturas responsáveis pela produção da desigualdade, principalmente quando se limitam a amenizar os efeitos da exclusão sem enfrentar suas causas.

A falsa generosidade aparece quando os grupos dominantes oferecem ajuda aos sujeitos marginalizados, mas continuam dependendo da permanência da injustiça para preservar sua posição de poder. Por isso, a obra desloca a discussão da caridade para a justiça social, mostrando que uma prática verdadeiramente humanizadora não pode se contentar em aliviar o sofrimento produzido pela opressão, devendo atuar sobre as condições históricas que geram dependência, miséria e silenciamento.

A crítica à falsa generosidade permite compreender uma das dimensões mais fortes da obra, pois o autor demonstra que a opressão não se mantém apenas pela violência explícita, mas também por discursos aparentemente bondosos, por práticas assistencialistas e por ações que transformam o oprimido em objeto de ajuda, sem reconhecê-lo como sujeito de direitos, consciência e história.

A leitura desse conceito me fez perceber que a falsa generosidade pode estar presente em diferentes situações do cotidiano. Ela aparece, por exemplo, quando estudantes recebem apenas apoio pontual para permanecer na escola, sem que sejam enfrentadas as condições que dificultam sua aprendizagem; quando projetos educacionais buscam amenizar problemas imediatos, mas não discutem as desigualdades que afetam o acesso e a permanência na educação; ou ainda quando

políticas públicas priorizam respostas de curto prazo, deixando em segundo plano mudanças estruturais capazes de ampliar oportunidades. Essas situações me levaram a compreender que a solidariedade é importante, mas, na perspectiva de Freire, ela não pode substituir a busca por transformações capazes de enfrentar as causas da desigualdade.

Esse foi um dos conceitos que mais modificou minha leitura da obra. Antes de conhecer Paulo Freire, eu costumava associar a ideia de ajudar alguém principalmente a atitudes individuais de solidariedade. A leitura me levou a perceber que, embora essas ações tenham importância, elas não são suficientes quando não enfrentam as estruturas que produzem a desigualdade. Passei a compreender que a justiça social exige mais do que aliviar necessidades imediatas: exige criar condições para que as pessoas possam exercer sua autonomia e participar ativamente da sociedade.

Quando a ajuda oferecida pelos opressores não modifica a ordem injusta que produz a necessidade de auxílio, tal ajuda passa a funcionar como mecanismo de conservação da dependência. A verdadeira generosidade, em sentido freiriano, exige uma prática comprometida com a eliminação das razões que fazem os sujeitos permanecerem em posição de súplica, fragilidade e subordinação, pois apenas assim a relação entre os seres humanos deixa de ser marcada pela verticalidade e passa a orientar-se pela dignidade compartilhada.

No segundo capítulo, é apresentado uma de suas contribuições mais conhecidas: a crítica à educação bancária. Nessa concepção, o professor é colocado como detentor exclusivo do saber, enquanto o estudante aparece como recipiente vazio, destinado a receber conteúdos de maneira passiva, repetitiva e acrítica.

A relação pedagógica reproduz, desse modo, a lógica da opressão, pois separa rigidamente quem sabe e quem ignora, quem fala e quem escuta, quem dirige e quem obedece. Para o autor, tal prática impede que o educando se reconheça como sujeito do conhecimento, reduzindo a aprendizagem ao depósito de informações desconectadas da experiência vivida e da realidade social.

A educação bancária, na análise de Freire (1987), não representa apenas um problema metodológico, como se fosse somente uma forma ultrapassada de ensinar. Trata-se de uma concepção de mundo que transforma o processo educativo em instrumento de adaptação, conformismo e domesticação das consciências. Quando o educador apenas narra conteúdos e o educando apenas os recebe, a palavra perde sua força crítica e torna-se mecanismo de repetição.

O estudante aprende a memorizar, mas não necessariamente a compreender; aprende a responder, mas não a perguntar; aprende a aceitar explicações prontas, mas não a problematizar a realidade que o cerca. Por isso, a crítica freiriana atinge o centro das práticas autoritárias de ensino, mostrando que a sala de aula pode reproduzir, em escala pedagógica, a mesma estrutura vertical presente nas relações sociais opressoras.

A leitura desse capítulo também me levou a refletir sobre a permanência de práticas bancárias na educação contemporânea. Embora atualmente existam discursos que valorizem metodologias ativas, protagonismo estudantil e pensamento crítico, muitas experiências educacionais ainda permanecem fortemente orientadas pela transmissão de conteúdos, pela preparação para exames e pela valorização da resposta correta em detrimento da capacidade de formular perguntas. Ao longo da minha trajetória escolar, percebo que, em diversos momentos, fui incentivado a aprender para reproduzir conhecimentos e obter bons resultados em avaliações, mas raramente fui estimulado a discutir por que determinados conhecimentos eram considerados importantes ou quais interesses sociais e históricos atravessavam sua produção. A leitura de Freire me fez compreender que esse modelo limita a formação da autonomia intelectual, pois ensina o estudante a responder adequadamente às exigências do sistema educacional, sem necessariamente desenvolver sua capacidade de interpretar criticamente a realidade. Essa foi uma das contribuições mais significativas da obra para minha formação, pois passei a compreender que uma educação verdadeiramente emancipadora não substitui o rigor acadêmico, mas transforma o conhecimento em instrumento de reflexão, diálogo e participação democrática.

Em oposição à educação bancária se propõe a educação problematizadora, compreendida como prática de liberdade. Tal proposta não se baseia na transferência de conteúdos prontos, mas na problematização das relações entre sujeitos e mundo, fazendo do conhecimento uma construção coletiva, mediada pelo diálogo e pela reflexão crítica.

Nessa perspectiva, o professor não perde sua função, mas deixa de ocupar o lugar de autoridade absoluta, passando a atuar como sujeito que também aprende ao ensinar. O educando, por sua vez, deixa de ser tratado como objeto passivo e passa a participar ativamente do processo formativo. É nesse sentido que Freire (1987, p. 47) afirma que "ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo: os homens se

educam em comunhão, mediatizados pelo mundo", indicando que o processo educativo ocorre por meio da interação entre os sujeitos e da reflexão compartilhada sobre a realidade.

A educação problematizadora rompe com os esquemas verticais da prática bancária porque considera educador e educando como sujeitos cognoscentes. Isso significa que ambos deixam de ocupar posições rígidas de quem apenas ensina e de quem apenas aprende, tornando-se participantes ativos do processo de conhecimento. O saber passa a ser construído coletivamente por meio do diálogo, da investigação e da reflexão sobre a realidade. Assim, o conteúdo deixa de ser algo depositado por uma consciência sobre outra e transforma-se em mediação para o encontro crítico entre sujeitos históricos.

Com isso, a aprendizagem deixa de significar apenas recepção de informações e passa a envolver leitura do mundo, análise das contradições sociais e construção de possibilidades de intervenção. Freire compreende que o ato educativo libertador precisa conduzir os sujeitos à pergunta, à dúvida, à investigação e à responsabilidade histórica, pois uma educação incapaz de despertar inquietação diante da injustiça tende a colaborar com a permanência da opressão.

No terceiro capítulo, se aprofunda a noção de diálogo, afirmando a dialogicidade como essência da educação enquanto prática da liberdade. O diálogo, para o autor, não corresponde a uma conversa superficial, a uma técnica de participação ou a um recurso usado para tornar a aula mais agradável, representando uma relação ética, política e pedagógica fundada no reconhecimento do outro como sujeito.

Ao discutir a dialogicidade, Freire (1987, p. 78) afirma que "falar, por exemplo, em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira". Essa passagem evidencia que o diálogo não pode ser reduzido a um discurso ou a uma intenção declarada. Para o autor, a educação libertadora exige coerência entre os princípios defendidos e a prática educativa, reconhecendo educadores e educandos como sujeitos capazes de participar da construção do conhecimento e da transformação da realidade.

A dialogicidade freiriana também se vincula diretamente aos temas geradores, compreendidos como elementos extraídos da realidade concreta dos educandos e transformados em ponto de partida para a reflexão crítica. O autor não defende que o conteúdo educativo seja escolhido de maneira autoritária, distante da vida social,

cultural e histórica dos estudantes. Ao contrário, os temas geradores permitem que o processo educativo tenha como ponto de partida os problemas, experiências e contradições vividas pelos próprios educandos. Dessa forma, o conhecimento deixa de ser apresentado como um conjunto de informações abstratas e passa a contribuir para que os sujeitos compreendam criticamente a realidade em que vivem e desenvolvam condições para transformá-la.

Freire (1987, p. 63) afirma que “é na realidade mediatizadora [...] que iremos buscar o conteúdo programático da educação”. Tal formulação evidencia que a educação problematizadora não parte de conteúdos impostos de fora, nem de programas definidos exclusivamente pelo educador, mas da realidade compartilhada entre educadores e educandos. O conteúdo nasce da investigação do universo temático do povo, das formas pelas quais os sujeitos percebem o mundo, dos problemas que atravessam sua existência e das contradições que marcam sua inserção histórica.

Por isso, a cultura popular, a linguagem cotidiana, os conflitos sociais, as necessidades concretas e os problemas comunitários não são elementos secundários no processo educativo, mas pontos de partida para a formação crítica. A educação libertadora, nessa leitura, valoriza a experiência vivida sem abandonar o saber sistematizado, pois transforma a realidade dos educandos em objeto de análise, diálogo e reconstrução coletiva.

O diálogo, em Freire (1987), deve ser compreendido como uma prática de pronúncia do mundo, porque os sujeitos não se encontram para que um imponha sua palavra ao outro, mas para que ambos possam interpretar a realidade, reconhecer seus limites históricos e projetar caminhos de transformação.

A palavra, nesse sentido, não é simples instrumento de comunicação, pois envolve ação, responsabilidade e compromisso. Quando alguém é impedido de dizer sua palavra, também é impedido de participar da construção do mundo comum e, por isso, a educação dialógica se diferencia radicalmente das práticas autoritárias, já que não usa a linguagem como controle, mas como possibilidade de consciência, encontro e criação coletiva.

No quarto capítulo, Freire diferencia a ação antidialógica da ação dialógica, mostrando que ambas representam formas distintas de compreender as relações entre educação e sociedade. A ação antidialógica está associada à conquista, à divisão, à manipulação e à invasão cultural, mecanismos utilizados para preservar

relações de dominação. Em contraste, a ação dialógica fundamenta-se na colaboração, na união, na organização e na síntese cultural, buscando construir processos coletivos de participação e transformação da realidade. Assim, mais do que descrever métodos pedagógicos, Freire evidencia que diferentes práticas educativas produzem diferentes formas de participação social e de exercício do poder.

Ao ler esse capítulo, compreendi que Freire não está discutindo apenas técnicas de ensino, mas formas de organização da vida em sociedade. Uma educação baseada na manipulação e na imposição tende a formar sujeitos pouco participativos, enquanto uma educação fundamentada no diálogo busca fortalecer a autonomia, a participação coletiva e a capacidade crítica dos educandos.

A conquista transforma o outro em objeto de domínio; a divisão enfraquece a organização dos oprimidos; a manipulação fabrica consensos artificiais; e a invasão cultural impõe valores externos, desqualificando a visão de mundo dos sujeitos dominados. Por meio desses mecanismos, a opressão controla corpos e instituições, interferindo na consciência, na cultura e na capacidade coletiva de resistência.

Ao tratar da ação dialógica, Freire (1987, p. 165) afirma que "em lugar de esquemas prescritos, liderança e povo, identificados, criam juntos as pautas para sua ação". Com essa afirmação, o autor demonstra que a transformação social não pode ser construída por meio da imposição de modelos prontos, mas pela participação conjunta dos sujeitos históricos. A colaboração, a união, a organização e a síntese cultural expressam justamente essa construção coletiva, em oposição às práticas de conquista, manipulação e invasão cultural características da ação antidialógica.

Desse modo, Freire (1987) mostra que uma educação verdadeiramente libertadora não pode utilizar os mesmos métodos da dominação, ainda que declare intenção emancipadora, pois a forma da prática educativa precisa estar coerente com o projeto de humanidade que pretende construir.

Em síntese, *Pedagogia do Oprimido* apresenta uma compreensão de educação profundamente vinculada à humanização, à consciência crítica e à transformação social. Freire parte da situação concreta de opressão, analisa seus efeitos sobre a subjetividade dos oprimidos, critica os modelos educacionais que reproduzem passividade e propõe uma pedagogia fundada no diálogo, na problematização e na ação coletiva.

A obra mostra que educar não significa depositar conteúdos em sujeitos silenciados, mas criar condições para que eles leiam o mundo, reconheçam as

contradições que atravessam sua existência e participem da construção de uma realidade mais justa. Por isso, a síntese das ideias principais da obra revela que a educação, para o autor, é sempre uma prática situada historicamente, podendo funcionar como instrumento de dominação ou como caminho de libertação.

4. ANÁLISE CRÍTICA

A leitura de *Pedagogia do Oprimido* me levou a compreender que a principal contribuição de Paulo Freire não está apenas em apresentar uma teoria sobre educação, mas em provocar o leitor a olhar para a própria experiência escolar e social. Ao longo da obra, o autor mostra que a educação pode funcionar como prática de libertação ou como instrumento de adaptação à realidade existente.

A reflexão me chamou atenção porque, partindo da minha própria trajetória, percebo que a escola nem sempre aparece como um espaço simples de emancipação. Para estudantes pobres, trabalhadores e vindos da escola pública, a permanência nos estudos costuma ser atravessada por dificuldades materiais, inseguranças, cansaço e pela sensação de que o espaço acadêmico não foi pensado para nós.

Nesse sentido, a crítica freiriana à educação bancária parece muito atual, pois Freire chama de educação bancária aquela prática em que o professor deposita conteúdos e o estudante apenas recebe, memoriza e reproduz.

Quando li essa crítica, não pensei somente em uma sala de aula tradicional, com professor falando e o estudante copiando. Também pensei em muitas situações em que o estudante é tratado como alguém que precisa apenas se adaptar, cumprir exigências e provar o tempo todo que merece estar naquele espaço. Para quem vem de uma trajetória marcada por escola pública, trabalho desde cedo e dificuldades para acompanhar o ritmo da graduação, essa sensação pode ser ainda mais forte.

A obra de Freire (1987) ajuda a perceber que a desigualdade educacional não pode ser explicada apenas pela ideia de esforço individual. É comum ouvir que basta o estudante “querer” para conseguir estudar, concluir a formação e ascender socialmente. No entanto, essa leitura ignora que os sujeitos chegam à escola e à universidade em condições muito diferentes.

Alguns estudantes possuem tempo, apoio financeiro, repertório cultural e estabilidade emocional para se dedicar aos estudos; outros precisam trabalhar, ajudar

a família, lidar com transporte precário, falta de dinheiro, insegurança e medo de não dar conta. Por isso, quando Freire

critica a neutralidade da educação, entendo que ele também está criticando essa falsa igualdade que trata todos os estudantes como se partissem do mesmo lugar.

Essa reflexão se aproxima da minha própria experiência, pois em muitos momentos da graduação, eu não me vi como um estudante exemplar, no sentido tradicional da palavra. Tive dificuldades com disciplinas, precisei conciliar estudo e trabalho e demorei mais tempo para avançar na formação. Porém, ao mesmo tempo, essa trajetória também me fez enxergar a educação de outra maneira e, ler Paulo Freire me ajudou a entender que essas dificuldades não são apenas individuais, pois fazem parte de uma realidade social mais ampla, na qual determinados grupos precisam lutar muito mais para permanecer em espaços que historicamente foram negados a eles.

É nesse ponto que a discussão de bell hooks contribui para ampliar a leitura de Paulo Freire. hooks (2013), pensa a educação como prática da liberdade, mostrando que a sala de aula também é atravessada por raça, classe, gênero e outras formas de desigualdade, o que permite atualizar a pedagogia freiriana para experiências que não podem ser explicadas apenas pela oposição entre opressor e oprimido de maneira geral.

No cotidiano escolar, as opressões aparecem de muitas formas: no racismo, no preconceito contra estudantes pobres, na desvalorização da linguagem popular, na exclusão de mulheres, pessoas negras, trabalhadores e outros grupos historicamente marginalizados. A partir dessa aproximação, compreendo que uma educação libertadora não pode apenas falar em diálogo de modo abstrato, precisando se criar condições reais para que diferentes sujeitos possam falar, ser ouvidos e participar da construção do conhecimento.

hooks (2013) ajuda a perceber que a sala de aula não é neutra, porque alguns corpos e algumas vozes costumam ser mais autorizados do que outros. Essa desigualdade também aparece nos dados educacionais brasileiros. Segundo o IBGE (2025), entre jovens de 18 a 24 anos, 37,4% das pessoas brancas estavam na etapa ideal de ensino, enquanto entre pessoas pretas ou pardas esse percentual era de apenas 20,6%.

Além disso, 70,0% dos jovens pretos ou pardos não frequentavam a escola e não haviam concluído a etapa esperada para a idade, contra 56,2% dos jovens brancos. Esses dados mostram que um estudante branco, de classe média, com tempo para estudar, geralmente não ocupa o mesmo lugar social que um estudante negro, pobre, trabalhador ou periférico. Por isso, quando a escola ignora essas diferenças, ela pode reproduzir desigualdades mesmo quando afirma defender a igualdade (IBGE, 2025).

Nesse sentido, a leitura de Freire também pode dialogar com o racismo e a formação social do Brasil. Almeida (2019), por exemplo, compreende o racismo como uma estrutura que organiza relações sociais, instituições e oportunidades, o que nos ajuda pensar que a desigualdade educacional não é um acidente, mas resultado de processos históricos que atingem de forma mais intensa a população negra e pobre.

Assim, quando estudantes negros, pobres ou trabalhadores enfrentam mais dificuldades para permanecer na escola e na universidade, isso não deve ser interpretado como falta de capacidade individual, mas como expressão de uma sociedade que distribui oportunidades de maneira desigual.

Munanga (2005) também ressalva que o racismo no Brasil muitas vezes aparece de forma disfarçada, negada ou naturalizada. No espaço escolar, isso pode ocorrer quando a cultura negra, indígena, popular ou periférica é tratada como inferior, folclórica ou secundária. A pedagogia de Paulo Freire permite questionar justamente esse tipo de silenciamento, porque defende que os sujeitos precisam aprender a dizer sua própria palavra.

Porém, para que isso aconteça, a escola precisa reconhecer que nem todas as palavras recebem o mesmo valor social, pois algumas vozes são historicamente escutadas; outras precisam lutar para serem consideradas legítimas.

Gonzalez (1984), nesse sentido, salienta que as relações entre racismo, cultura e sociedade brasileira, também permitem pensar a educação a partir das marcas da colonialidade e da exclusão e mostra que a opressão não se manifesta apenas na pobreza, mas também na linguagem, na cultura, nos lugares sociais e nas imagens construídas sobre determinados grupos.

A partir disso, a leitura de Freire se torna ainda mais potente, pois a educação problematizadora não deve apenas transmitir conteúdos, mas ajudar os estudantes a perceberem como certas desigualdades foram construídas historicamente e como continuam funcionando no presente.

Apesar de concordar com a força crítica de Paulo Freire, também considero importante reconhecer alguns limites da obra. *Pedagogia do Oprimido* é um livro denso, com uma linguagem que nem sempre é acessível para estudantes que estão tendo o primeiro contato com o autor.

Termos como conscientização, práxis, dialogicidade, desumanização e ação antidialógica podem parecer distantes da realidade concreta da sala de aula quando não há mediação adequada. Por isso, a obra precisa ser lida com cuidado, exemplos e relação com experiências vividas. Caso contrário, corre-se o risco de transformar Paulo Freire em um conjunto de frases repetidas, sem verdadeira compreensão crítica.

Outro ponto que merece atenção é que a defesa do diálogo não pode ser confundida com ausência de rigor. Freire (1987) não propõe uma educação sem conteúdo, sem professor ou sem responsabilidade. Ao contrário, sua proposta exige estudo, compromisso e participação ativa.

No entanto, em algumas leituras superficiais, Paulo Freire é apresentado como se defendesse uma escola sem disciplina ou sem exigência, mas isso não me parece correto. A questão central não é abandonar a disciplina, mas perguntar que tipo de disciplina a escola constrói: uma disciplina baseada no medo e na obediência ou uma disciplina baseada no compromisso coletivo, no diálogo e na autonomia intelectual.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de *Pedagogia do Oprimido* representou uma experiência transformadora para minha formação acadêmica e para minha compreensão sobre o papel da educação na sociedade. Ao longo da graduação, tive contato com diferentes autores da área da educação, mas foi a obra de Paulo Freire que mais me levou a refletir sobre a relação entre ensino, democracia, desigualdade e formação humana. A elaboração desta resenha também modificou minha forma de compreender o que significa produzir uma análise crítica, pois percebi que não basta apresentar as ideias de um autor: é necessário dialogar com elas, questioná-las e construir uma interpretação própria.

Na minha avaliação, um dos maiores méritos da obra é demonstrar que a educação nunca é neutra. As relações estabelecidas entre educadores, educandos e conhecimento expressam diferentes concepções de sociedade, de poder e de ser

humano. Conceitos como educação bancária, diálogo, conscientização, práxis e ação dialógica permanecem atuais porque continuam oferecendo instrumentos para analisar criticamente muitos dos desafios presentes na educação contemporânea.

Ao mesmo tempo, considero que *Pedagogia do Oprimido* não é uma leitura simples. Em diversos momentos, a linguagem utilizada por Freire apresenta conceitos filosóficos e sociológicos complexos, o que pode dificultar a compreensão de leitores que estão tendo o primeiro contato com sua obra. Essa foi, inclusive, uma das motivações para a elaboração desta resenha: produzir um texto que pudesse servir como apoio inicial para estudantes interessados em compreender os principais conceitos do livro antes da leitura integral da obra.

Também considero importante reconhecer que nenhuma obra responde, sozinha, aos desafios da educação brasileira. Embora muitas das reflexões de Freire permaneçam atuais, elas precisam ser constantemente debatidas e reinterpretadas à luz das transformações sociais, culturais e educacionais ocorridas desde a publicação de *Pedagogia do Oprimido*. Acredito que essa capacidade de provocar novas reflexões, mesmo décadas após sua publicação, constitui uma das maiores qualidades do pensamento freiriano.

Por fim, considero que *Pedagogia do Oprimido* permanece como uma das obras mais relevantes da educação brasileira. Independentemente das diferentes interpretações que possa despertar, trata-se de um livro que convida o leitor a refletir criticamente sobre a realidade e sobre o papel da educação na construção de uma sociedade mais democrática. Recomendo sua leitura a estudantes, professores e pesquisadores da área da educação, bem como a todos aqueles que desejam compreender de forma mais profunda as relações entre ensino, desigualdade social, diálogo e emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade.

IBGE. Indicadores educacionais avançam em 2024, mas atraso escolar aumenta. **Agência IBGE Notícias**, Rio de Janeiro, 13 jun. 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43699-indicadores-educacionais-avancam-em-2024-mas-atraso-escolar-aumenta>. Acesso em: 25 jun. 2026.

MUNANGA, Kabengele (org.). **Superando o racismo na escola**. 2. ed. rev. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.